



Brasil busca estabilidade e justiça

O Enredo do Medo

Norman Gall



1. Anarquia vibrante

Na metade do século XIX, o então imperador do Brasil, Dom Pedro II, fez uma visita cerimonial a uma embarcação de guerra americana ancorada no espetacular porto do Rio de Janeiro, com as colinas do Pão de Açúcar se erguendo do mar. “Ele veio em uma barcaça esplêndida, remada por 30 escravos africanos que, por conta do estilo, se levantaram à frente de seus remos em cada remada, e então sentaram de volta com um grunhido simultâneo”, observou um jovem marinheiro, Herman Melville, que anos depois escreveria o romance clássico *Moby Dick*. “Ele se reclinou sob uma tenda de seda amarela com borlas verdes, as cores nacionais. A popa do navio exibia a bandeira brasileira, com a figura de um grande diamante no centro, referente, talvez, às minas de pedras preciosas do interior brasileiro... Na suíte real do jovem imperador havia uma cabine magnífica, tão brilhante com gemas que pareciam ter acabado de emergir das minas do Rio Belmonte. Você já viu cones de sal cristalizado? Assim brilhavam esses barões portugueses, marqueses, viscondes e condes. Se não fosse por esses títulos, e terem sido vistos na cabine por seu imperador, você poderia jurar que eram os filhos mais velhos de joalheiros, que fugiram carregando as joias dos pais nas costas.

“Que gosto!” exclamou um marquês, com diversos tipos de fitas e laços decorados com botões brilhantes em seu peitoral.’

“Que glória!” exclamou um visconde, cor de café, estendendo as duas mãos.

“Que alegria!” exclamou um pequeno conde, circundando sorrateiramente uma caixinha de munições.

“Que contentamento é o meu!” exclamou o próprio imperador, cruzando seus braços reais, e serenamente observando nossas fileiras...

“Ao subir uma das estreitas escadas que levam do convés do cais para o convés da artilharia, o nobrissimo Marquês de Silva, no ato de levantar as barras do manto imperial, para protegê-las de raspar na recém-pintada escotilha, a espada do nobre marquês, sendo muito longa, ficou presa entre suas pernas, e o derrubou de ponta cabeça na escada. “Onde ides?” perguntou o mestre real, descendo tranquilamente em direção ao marquês derrubado, “e por qual razão você soltou as barras de meu manto?” ele acrescentou, com raiva, olhando em volta ao mesmo tempo, para ver se as barras tinham sofrido ao ver a infidelidade do seu cortesão.

As incongruências do Brasil, ligadas a sua vastidão e potencial riqueza, produzem prodígios humanos e naturais. Um prodígio natural é uma vasta expansão de seus 200 milhões de montes de cupins, com idade de até 4000 anos, quase igual em número com a atual população do Brasil. Os montes cônicos, com 2,5 metros, são espaçados em intervalos regulares, cobrindo túneis conectados por baixo da terra por centenas de milhares de quilômetros que se estendem no interior das partes mais secas ao sul da bacia Amazônica. Os cientistas que estão pesquisando esse reino dos cupins não encontraram nenhuma estrutura de comando, nenhuma câmara real, descobrindo que “a estrutura dos montes não apresenta a arquitetura complexa normalmente relacionada a montes de cupim.” A anarquia e expansão se espalham, mas de algum modo permanecem intatas, assim como parte da história humana brasileira.

A vibrante anarquia da estrutura política brasileira, nunca consolidada e nunca desintegrada, contrasta com a vasta, conectada rede de túneis e montes de cupins espalhados no seu interior continental. Enquanto os cupins desenvolveram uma espécie de civilização nos últimos 4000 anos, com regras claras e padrões de comportamento, seus compatriotas humanos caem numa desordem endêmica que, faltando controle institucional, ameaça a sobrevivência das estruturas políticas e comunidades. Se cupins conseguem se organizar e sobreviver numa escala continental por milhares de anos, porque os humanos, mais evoluídos e inteligentes, capazes de mais escolhas, não conseguem criar maior estabilidade em suas vidas? Os brasileiros encaram essas questões:

Por que nossa economia ficou estagnada por tantos anos? Por que a renda é tão mal distribuída? Por que o investimento público é tão baixo? Por que tanta corrupção? Por que tantos assassinatos? Por que as escolas ensinam tão pouco? Por que tantos jovens brasileiros talentosos abandonam o Brasil por outros países? Por que a sociedade e a classe política deixam de propor soluções para lidar com esses desafios? Por que o Brasil resiste mudanças estruturais num sistema político enfraquecido por incentivos perversos e corrupção endêmica?

Norman Gall é diretor executivo do Instituto Fernand Braudel e editor dos *Braudel Papers*. As ilustrações são do grande artista francês **Jean-Baptiste Debret**, realizadas nos 15 anos que morou no Brasil (1816-31), reproduzidas no livro Debret e o Brasil de Julio Bandeira e Pedro Correia de Lago (2008).



Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Associado à Fundação

Armando Alvares Penteado (FAAP)
Rua Ceará, 2 – 01243-010
São Paulo, SP
Tel.: 11 3824-9633
e-mail: ifbe@braudel.org.br
www.braudel.org.br

Conselho Diretor:

Presidente: Mário Martins Peixoto Netto

Vice-Presidente: Luiz Eduardo Alves de Assis

Membros: Amarilio Proença de Macedo, Antônio Carlos Barbosa de Oliveira, Ary Oswaldo de Mattos Filho, Felícia Reicher Madeira, Idel Metzger, Jayme Brasil Garfinkel, Jean-Yves Carfantan, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Mailson da Nóbrega, Marcelo Resende Allain, Maria Clara Rios de Mello do Prado, Maridite Gomes de Oliveira, Pedro de Camargo Neto, Ricardo Toledo Silva, Roberto Bras Matos Macedo, Robson Rodrigues dos Santos, William Araújo Veras.

Diretor executivo: Norman Gall

Administradora: Margarida Osório Guimarães

Patrocinadores

Arcos Dourados

Armínio Fraga

Bermas Maracanaú

BNP Paribas

Bradesco

Carlos Eduardo Depieri

Fundação Itaú Social

Fundação Vicky e Joseph Safra

Futurebrand

Instituto MRV

Instituto Semeia

Itaú

Jayme Garfinkel

O Estado de S. Paulo

Splice

Braudel Papers é publicado pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Essa e outras edições em português e inglês também online em braudel.org.br

ISSN: 1981-6529

Editor: Norman Gall

Diagramação: Denis Rodrigues

Assistente de pesquisa: Gabriel Basílio

Copyright 2019 Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

2. A classe política

O Brasil é estranho em muitas maneiras: exibindo a promessa de mundo tropical, com seu tesouro imenso de recursos naturais, seu romance de esperança misturada à amargura do sucesso que já se foi. Até recentemente, os brasileiros têm se afogado em um enredo de medo, eleição após eleição, transição após transição, trazendo poucas mudanças e pouca esperança de melhorias, sem saber o que fazer. A classe política fica na mesmice, com excessivas proteções legais e posições garantidas por enredos jurídicos exóticos. Os medos aprofundam com a erupção da operação Lava Jato, nomeada por um posto de gasolina em Brasília onde carros eram lavados, e onde o dinheiro sujo também era lavado, num dos maiores escândalos de corrupção do mundo moderno. Os brasileiros pareciam estar aprendendo aos poucos que a única maneira de sair deste enredo é o fortalecimento das instituições. Entretanto, as esperanças caíram depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em novembro de 2019, que autoriza a liberdade de 38 políticos, empresários e executivos da Petrobrás, a empresa estatal de petróleo, entre outros funcionários presos por corrupção nesses escândalos.

O fortalecimento das instituições ainda tem muito que fazer em criar confiança e estabilidade. A magia da linguagem e crença não pode invocar o reconhecimento de que a democracia alcançou apesar da torrente contínua de acusações e vergonha. A corrupção e confusão se alimentam com a erosão da infraestrutura moderna, sustentando e unindo cerca de 5.000 cidades espalhadas por uma antiga e extensa massa continental. Poderia o Brasil mobilizar o propósito político e os recursos para sustentar a infraestrutura da vida civilizada em um território imenso ocupado por cerca de 210 milhões de pessoas?

Desde a antiguidade remota, quando surgiram as primeiras sociedades urbanas, a infraestrutura e a civilização têm sido inseparáveis e dependentes, uma da outra. “A urbanização foi acompanhada por um rápido progresso na tecnologia de construção, transporte e agricultura em grande escala”, escreveu a grande economista dinamarquesa Ester Boserup em seu livro População e Mudança Tecnológica (1981). “A necessidade de organizar as economias urbanas e manter as contas levou a algumas das invenções mais importantes na história da humanidade, aquelas de linguagem e números escritos.” No entanto, a negligência impôs custos pesados, levando ao que Boserup descreveu do passado como “uma economia urbana recaido no ruralismo”, muitas vezes relacionada à negligência de infraestrutura crítica, como na manutenção de estradas e canais de irrigação. Muitos exemplos vêm da antiga Mesopotâmia, Egito, Roma, China e Índia, entre outras civilizações. Agora, no Brasil e em outros lugares, essa negligência assola a infraestrutura vital das sociedades modernas com a erosão da manutenção, das habilidades técnicas e do investimento público.

Numa época de extrema seca e calor nas regiões tropicais do mundo em 2019 surgiram denúncias sobre o desmatamento da Amazônia, já tendência histórica, colocando em relevo a questão mais ampla sobre o manejo dos recursos naturais.

Desenhado e construído rapidamente, promovida por políticos e grandes construtoras, a hidroelétrica

de Belo Monte no Pará, que fornece água em volumes importante só nas épocas de chuvas, tem agravado secas numa região extensa da Amazônia pela necessidade de manter seus reservatórios abastecidas, nas longas épocas secas, agravando a deforestação na extensa região do Xingú.

Também a catástrofe de Brumadinho, no começo de 2019, entra nessa conta. O colapso das barragens de terra contendo dejetos de mineração, incluindo químicos venenosos de minas próximas ocasionou centenas de mortes por inundações. Destruiu uma importante economia regional e infligiu danos financeiros maciços e humilhação para uma das principais empresas brasileiras, a Vale, um importante exportador de minerais, com 82.000 trabalhadores. Ainda restam centenas de “Brumadinhos” no Brasil, cidades mineradoras espalhadas que vivem em perigo extremo, largadas pelas instituições fracas.

O Brasil tem visto muitas falhas de infraestrutura nos últimos anos devido a prioridades distorcidas que levam à falta de investimento em manutenção e capital humano. O Brasil agora investe apenas 1% do PIB em infraestrutura, incluindo manutenção, comparado aos 5% nos anos 70. O estoque atual de infraestrutura está se deteriorando. O desperdício é enorme. Mais de 13.000 obras públicas permanecem incompletas e abandonadas em todo o Brasil. Eles incluem projetos rodoviários importantes, linhas de transmissão de eletricidade, infraestrutura urbana, projetos de irrigação e o colapso de monumentos culturais, como o Museu Nacional no Rio de Janeiro, perdido num incêndio no ano passado. Enquanto isso, a violência continua. O candidato vencedor a presidência, Jair Bolsonaro, foi esfaqueado e quase morto por um homem louco em um comício semanas antes das eleições de 2018. Foi salvo por múltiplas cirurgias que o atrasaram em assumir seu cargo oficial. A desordem inspirou o jornal francês *Le Monde*, num editorial intitulado “o naufrágio de uma nação”, a descrever “uma sociedade que se sente abandonada. Balas perdidas massacram crianças em favelas dominadas por gangues criminosas. Líderes da sociedade civil assassinados em plena luz do dia. Uma classe política obsoleta e lamentável, vive na sombra da corrupção. Nesse ambiente nocivo, o incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio, em 2 de setembro de 2018, aparece como símbolo de negligência por parte do Estado. Algumas pessoas falam do suicídio de uma nação”.

A descrença entre os mais jovens traz poucas surpresas. A equipe do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial dialoga com muitos dos 20.000 adolescentes participantes do nosso projeto “Círculos de Leitura” nas escolas públicas da Grande São Paulo, e em cidades do interior do Ceará. Conversamos com alunos em treinamento para liderar grupos em sala de aula, lendo e discutindo os clássicos da literatura mundial. Em uma sessão, nos concentrarmos na figura do Leão Covarde em *O Mágico de Oz*. Perguntamos: Por que os leões covardes lideram a classe política do Brasil? Por que os novos líderes não podem tomar o seu lugar? As respostas dos jovens vieram rapidamente: “Nada pode ser feito. As eleições são vergonhosas, sem propostas ou propósito. Não há razão para votar.” Então que futuro te espera? “Deixe o Brasil.” “É inútil entrar na política, porque você rouba ou morre.” No entanto, milhões deles trabalham e estudam na mesma jornada, passando horas nos ônibus nos



trajetos entra emprego e aula.

O regime democrático criado pela Constituição de 1988 mostrou resiliência e vitalidade após 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Nas últimas três décadas, o Brasil realizou oito eleições para presidente, governadores estaduais e órgãos legislativos e, em outros anos, sete eleições nacionais para escolher autoridades locais em cerca de 5.000 municípios, um período de estabilidade democrática jamais alcançado no Brasil. Nessas três décadas, a inflação anual caiu de mais de 5.000% em 1992 para 4.5% em 2018, enquanto o valor do real estabilizou. A estabilidade deu oportunidades para melhoria nos padrões de consumo, expectativa de vida e escolaridade. O número de estudantes do ensino médio em todo o país saltou de apenas 56.000 em 1932, para 15 milhões hoje. Os buracos mais negros da negligência estão nos anos do ensino fundamental (do sexto ao nono anos), com pouco conteúdo, quando os alunos perdem o que aprenderam nas séries primárias e não podem se preparar para o ensino médio, onde muitos ficam entediados, solitários e desistem. Não há escolas para adolescentes especialmente talentosos e dedicados, como em todos os países avançados, minando padrões de qualidade institucional que moldam o futuro da democracia. A má qualidade da educação enfraquece as instituições complexas e reforça o enredo do medo que paralisa o Brasil.

As distorções na economia política do Brasil surgem de raízes profundas. A cultura do parasitismo fiscal é antiga, enfraquecendo a economia e o sistema político. Em sua história clássica, Raimundo Faoro caracterizou a sociedade colonial: “A soberania popular funciona às avessas, numa obscura e impenetrável maquinção de bastidores, sem o efetivo concurso da maioria, reduzida a espectador que cala ou aplaude.”

Nas últimas seis décadas, começando com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, quatro dos sete presidentes civis não conseguiram completar seu mandato eleitoral. O senado expulsou dois deles, Fernando Collor (1990-92) e Dilma Rousseff (2011-16), após os impeachments. Dos três sobreviventes, apenas Lula, agora preso por várias acusações de corrupção, conseguiu que Dilma, sua sucessora escolhida, fosse eleita. O mais brilhante dos sobreviventes foi Juscelino Kubitschek (1956-1960), que com audácia construiu a nova capital de Brasília e uma rede pioneira de estradas e usinas hidrelétricas, no interior continental. Kubitschek não promoveu um sucessor capaz de preservar a estabilidade, deixando no seu lugar

figuras exóticas como Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), cujos fracassos levaram a duas décadas de ditadura militar. Kubitschek morreu num acidente de carro em 1976, já doente e psicologicamente ferido, mas ainda um símbolo.

Nenhum artifício da linguagem ou crença apaga os avanços conquistados pela democracia, apesar da enxurrada de acusações contra políticos. Numa pausa nas acusações, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, teve um momento de triunfo em 2009, quando a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) deu sua cobiçada certificação à degradada outrora capital do Brasil. Famosa por suas belas praias e pelo espetacular Carnaval, o Rio perdeu empregos e vitalidade econômica na década de 1960, quando o governo federal se mudou para Brasília. Então veio o dilúvio. O Rio mergulhou na criminalidade, desordem e corrupção endêmica, não pior que em outras cidades brasileiras, porém mais marcante por causa do tamanho do Rio, seus contrastes sociais, sua beleza física e seu passado lendário.

Sérgio Cabral começou sua carreira adulta como playboy e socialite, sempre tentando encontrar seu caminho na política, conseguindo com destaque. Cabral agora enfrenta décadas de prisão após condenação por múltiplas acusações de corrupção, junto com outros três ex-governadores do Rio e vários membros de suas equipes. Há correlações entre os códigos de comportamento dos políticos e dos jovens chefões das gangues de traficantes que governam as favelas, delineadas aqui por Gabriel Basilio, estagiário de 19 anos em nosso Instituto:

Muitas pessoas acreditam que esses dois mundos são completamente diferentes, mas seus integrantes mostram traços semelhantes. Eles se protegem dentro da suas comunidades físicas ou morais para evitar a exposição pública. Ambos os mundos têm seus próprios patrões e organizadores de esquemas. E mesmo na ausência deles, o processo continua, fortalecidos por algumas mudanças e o envolvimento de muitas pessoas para que possam administrar o dinheiro a seu favor, sob o pretexto de uso público ou comunitário. Para manter a segurança no caso de serem presos, fazem uso da burocracia focada no atraso judicial, fornecendo fiança, privilégios e subornos. Os maiores patrões se dispersam, tanto no sistema político quanto nas favelas, formando uma rede de corrupção. E embora ocorra a prisão de um deles,

existem tantas pessoas envolvidas que inviabiliza a destruição do esquema.

O Brasil é um país violento, mas a maior parte da violência não está no Rio nem em São Paulo, onde o número de assassinatos caiu na última década. O maior aumento nos homicídios ocorreu em estados do interior, onde dobraram em oito dos 27 estados e triplicaram em outros dois estados em 2007-17. Essa onda de violência no interior é negligenciada pela política oficial. Segundo uma pesquisa da BBC sobre as 50 cidades mais violentas do mundo, medida por homicídios por cada 100.000 habitantes, um terço dos com maiores homicídios estão no Brasil. Das cidades mais violentas, 17 são brasileiras. Assim as Américas formam a região mais violenta do mundo.

A frequência de homicídios reflete a qualidade das instituições. O Brasil e a América Latina desafiam a tendência de longo prazo na redução da violência civil em tempos de paz no Ocidente nos últimos seis séculos, reduzindo as taxas de assassinatos na Europa em cerca de 60 por 100.000 habitantes no início dos tempos modernos para cerca de 2 por 100.000 atualmente. Nas Américas, surgem contrastes. O Brasil e a Colômbia são

famosos pela violência, mas ocupam o meio termo entre extremos. El Salvador, na América Central, sofre de 108 mortes por 100.000 habitantes, enquanto o Peru e a Argentina registram baixas taxas de aproximadamente 7 por 100.000, segundo as Nações Unidas. No Brasil, 200 dos maiores municípios sofrem com altas taxas de homicídios, acima de 40 por 100.000, enquanto milhares de outras cidades são relativamente pacíficas.

Na vida cotidiana, a maioria dos assassinos e vítimas são jovens pobres, numa sociedade que investe pouco na qualidade da educação pública. A taxa de suicídio entre adolescentes cresceu 24% nas seis maiores cidades desde 2015. Em 2017, o Brasil registrou 65.602 assassinatos, com média de 180 por dia, ou 32 por 100.000 habitantes, uma taxa um quarto acima do México (25) e seis vezes mais do que nos Estados Unidos (5). Entre esses assassinatos no Brasil, 5.144 estavam nas mãos da polícia. Em uma reportagem detalhada de Leoncio Nossa, do jornal O Estado de S. Paulo, concluiu que dos 1.269 assassinatos políticos entre 1979 e 2018, dois terços ocorreram no Nordeste e na Amazônia, envolvendo candidatos em campanhas eleitorais municipais.

3. O canhão solto

Enquanto ele se recuperava da facada que quase o matou antes das eleições, 58 milhões de eleitores escolheram Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil. Capitão do Exército aposentado, de 56 anos, Bolsonaro serviu por quase três décadas sem destaque no “baixo clero” do Congresso. De repente, Bolsonaro emergiu como “Anjo Vingador”, sem nenhum programa ou estratégia clara na sua campanha eleitoral, prometendo livrar o país do crime e corrupção, e facilitar o porte de armas.

A eleição de 2018 envolveu 15 candidatos à presidência e dezenas de partidos, nenhum deles com propostas coerentes, enquanto o Brasil encaminhava para a violência endêmica e o colapso das finanças públicas, ameaçando a falência de vários governos estaduais e da Previdência. A eleição de Bolsonaro concentrou a atenção internacional. O jornal The New York Times observou do capitão aposentado que “o discurso revoltado captou o espírito de um eleitorado cansado de infinitos escândalos de corrupção que chegaram ao seu limite, violência urbana desenfreada e desequilíbrio econômico.” Até sua eleição como presidente, Bolsonaro surfava numa onda de ressentimento e medo provocada pela recusa dos brasileiros de lidar com suas limitações e com metas de longo prazo, traindo seu grande potencial, sempre celebrado nos discursos políticos.

Bolsonaro seguiu uma carreira de “vai e vem” em ideologia e política.

Pensionado pelo exército desde os 33 anos de idade, aposentou quando as duas décadas de governo militar terminaram. Não foi eleito presidente como salvador. Era a única escolha que sobrou, no segundo turno, para evitar o retorno ao poder do PT, cuja as realizações na justiça social foram degradadas pela corrupção que dominou o noticiário nos anos recentes. Pouco se sabe das origens da candidatura de Bolsonaro, apoiada pelas chamadas BBB: Bíblia (evangélicos), Boi (fazendeiros) e Bala (polícia e vendedores de armas), com uma inovadora estratégia para as redes sociais.

Bolsonaro migrou entre nove partidos políticos desde a sua eleição para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1988. Agora cogita nova troca de partido já como presidente. Em 1990, ele concorreu ao Congresso e

ficou lá por quase três décadas no baixo clero, nunca assumindo liderança em nenhum desses nove partidos.

Embora omissa politicamente, Bolsonaro ganhou fama defendendo o regime militar, ridicularizando homossexuais e feministas e defendendo a livre posse de armas, a tortura e a pena de morte com essas provocações: “O erro da ditadura foi preferir a tortura ao assassinato” “Pinochet [o ditador militar do Chile, 1973-89] deveria ter matado mais pessoas.”

“Eu seria incapaz de amar um filho homossexual. Eu preferiria que tal filho morresse em um acidente do que passear como uma fada.”

Os ziguezagues começaram cedo. As carreiras de Bolsonaro e Lula no Brasil, assim como de Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, representam uma nova onda de liderança política na América Latina, de origens sociais mais modestas que líderes de gerações anteriores. A ascensão de Bolsonaro e Chávez seguiu um caminho aberto pelas faltas dos governos democráticos em sustentar padrões éticos nas décadas de ciclos eleitorais.

Chávez nasceu em 1954, sete meses antes de Bolsonaro, na aldeia de Sabaneta, numa encosta sul dos Andes, na Venezuela. Os pais de Chávez eram professores de escola primária, vivendo em uma cabana de palha com paredes de barro, onde Dona Elena, sua mãe, deu à luz nove

filhos, lembrando que “eu era como uma porca. Não havia clínica, nem médico, nada”.

Jair Messias Bolsonaro nasceu na vila de Glicério, no sul de São Paulo, descendente de imigrantes italianos. Um menino sério e ambicioso, Jair brigava com o pai, Percy Geraldo, cujos hábitos de fumar e beber eram sustentados por seu trabalho como dentista improvisado. Nos anos 80, Percy improvisou até juntar-se a milhares de garimpeiros na grande corrida de ouro na montanha selvática de Serra Pelada no Pará, na mesma época em que seu filho, como jovem militar, também garimpou para ouro nos riachos de Minas Gerais para sustentar sua família na escalada para hiperinflação. As perspectivas tanto para o jovem Bolsonaro quanto para





Chávez melhoraram, quando ainda adolescentes, entraram nas academias militares do Brasil e da Venezuela para se tornar oficiais do exército. Ambos impressionaram com energia e ativismo.

Nos anos 80, Hugo Chávez se juntou a outros jovens oficiais em uma série de conspirações, inspiradas nas revoltas militares lideradas por Juan Velasco Alvarado no Peru (1969-75) e Omar Torrijos no Panamá (1968-81). Chávez ganhou fama ao aparecer na televisão após o fracassado golpe de 1992, prometendo novas revoltas. Nessa época, Jair Bolsonaro já havia deixado o exército e foi eleito para o primeiro de seus sete mandatos no Congresso. Porém, expressou admiração por Chávez, chamando-o de “esperança para a América Latina e ficaria contente se sua filosofia chegasse ao Brasil. Ele é único. Eu quero ir para a Venezuela e tentar conhecê-lo... Eu acredito que ele fará o que os militares fizeram no Brasil em 1964, mas com muito mais força.” Chávez morreu de câncer em 2013 no auge de seu prestígio, enquanto a Venezuela estava afundando na fome, corrupção e violência, mesmo sendo rica em recursos naturais.

Comparada com as façanhas de Chávez, a carreira política de Bolsonaro foi menos espetacular, mas igualmente insistente, cultivando o apoio dos militares ativos e aposentados, queixando-se de baixos salários, à medida que a inflação crônica subiu nos anos 80. Nesses anos, Bolsonaro se destacou como paraquedista e instrutor de educação física, usando suas férias para procurar ouro nos riachos de Minas Gerais a fim de conseguir dinheiro e alimentar sua família na escalada para hiperinflação. Ele ganhou sua primeira notoriedade após ser preso pelo exército em 1986 por publicar um artigo na revista *Veja*, “Os Salários estão baixos”, protestando o prejuízo de soldados de baixa patente. Bolsonaro foi processado numa corte marcial por plantar pequenas bombas numa base militar, levando a seu afastamento do exército, enquanto o Brasil completava sua transição de governo militar para civil. Sua solidariedade com os camaradas continuou mesmo ao se aposentar do exército em 1990, quando o Brasil retornou ao governo civil, ganhando um lugar como deputado na Câmara da cidade do Rio de Janeiro, com apoio eleitoral dos pensionistas militares.

“O Trump dos Trópicos”

As origens da candidatura presidencial de Bolsonaro ainda não estão claras. Ela se fundiu com a indignação de oficiais aposentados, reunidos no Clube Militar no centro do Rio, sob acusações de tortura e outros abusos dos direitos humanos nas décadas de ditadura. Hoje, dois oficiais aposentados, Bolsonaro e o general Hamilton Mourão, lideram o novo governo como presidente e vice-presidente, nomeando dezenas de militares aposentados como ministros e em outros cargos, incluso como porta-voz da Presidência. Este nível de liderança militar em um regime civil eleito está sem antecedentes na história brasileira. Também sua eleição como presidente alimentou a esperança entre os conservadores radicais.

Bolsonaro se tornou “o Trump dos Trópicos”, celebrado internacionalmente nos círculos de direita. Dani Rodrik, cientista político de Harvard, escreveu que “populistas de direita como Donald Trump nos Estados Unidos, Victor Orban na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil subiram ao poder canalizando o crescente ódio às elites políticas tradicionais e

explorando o sentimento nativista latente.” Quando Bolsonaro assumiu o cargo, Trump tuitou: “Parabéns ao presidente @Jair Bolsonaro que acaba de fazer um grande discurso de posse - os EUA estão com você!”. Steve Bannon, estrategista da vitória eleitoral de Trump em 2016, observou que “as redes sociais revolucionaram as campanhas. Acho que a campanha de Bolsonaro é agora a mais sofisticada do mundo no uso de redes sociais na divulgação de mensagens”. Bannon viu paralelos com a eleição americana de 2016: “Nos Estados Unidos, os evangélicos tiveram um papel central na vitória de Trump. Eu acho que é o mesmo no Brasil. Acredito que os evangélicos apoiaram Bolsonaro pelo mesmo motivo: identificação com valores cristãos.” Tentando inspirar um movimento internacional de partidos de direita, Bannon diz: “Bolsonaro, resolvendo a crise no Brasil, tornaria um líder mundial. O mundo mudou e as pessoas veem que a elite política é corrupta e incompetente, trazendo declínio para seus países.”

Trump e Bolsonaro são artistas em provocações, alimentados da insatisfação num mundo em discórdia, ignorando complexidades e soluções, deixando as políticas públicas com subordinados a quem podem denunciar e eliminar. Dominam a mídia com um fluxo contínuo de choques e espetáculos, nutrindo o ódio acumulado de seus fãs. Nem Trump nem Bolsonaro têm apoio estável. “Militantes de direita não são fanáticos nem ligados a personalidades, mas representam valores”, disse Letícia Catel, 30 anos, dona de fábrica na próspera cidade de Jundiaí no interior de São Paulo. “Bolsonaro foi o único candidato que defendeu abertamente os valores familiares, mas também criticou a corrupção e a ineficiência da esquerda. Se Jair falhar, ele perderá o apoio, meu e de todos os outros.”

Letícia é uma loira baixinha, apaixonada por armas, cujo interesse na política foi cultivado por jovens conservadores que conheceu durante protestos de rua em 2013. Esses novos amigos a convidaram para estudar em um *think tank* de direita que recebeu o nome de Ludwig von Mises economista austríaco defensor do mercado livre. Em seguida, Letícia participou de discussões com jovens herdeiros de grandes fortunas no Instituto de Desenvolvimento de Liderança, criando contatos que mais tarde lhe permitiram apresentar Bolsonaro à elite de negócios de São Paulo.

Naquela época, Eduardo, terceiro filho de Bolsonaro, trabalhava em São Paulo como escrivão da Polícia Federal enquanto cogitou concorrer ao Congresso. Letícia recomendou que Eduardo se matriculasse no Instituto Mises para um curso de economia conservadora, que estimulava trocas de ideias com o pai. “Fiquei feliz em ver Jair defendendo ideias discutidas no Instituto Mises, como menos intervenção do Estado na economia, menos impostos, menos burocracia”, disse Letícia. Em meados de 2017, Letícia foi convidada para reuniões em Brasília com um grupo de generais aposentados que cogitavam a candidatura de Bolsonaro e que em 2019 assumiram cargos no novo governo. Até então, Letícia e suas amigos estavam em rede com outros jovens líderes de diferentes regiões do Brasil, muitos deles ricos, para ajudar na organização de uma campanha.

No entanto, nem os ideólogos da direita, nem seus equivalentes de esquerda, se interessaram em abordar os problemas espantosos do Brasil de finanças públicas e integridade institucional que ameaçam minar os ganhos das últimas décadas.

4. O Atlântico e os Andes

O romancista João Guimarães Rosa escreveu que “o Brasil e a América Latina são como gêmeos siameses, unidos nas costas, incapazes de ver o rosto um do outro”. Nesse sentido, os brasileiros gostam de dizer que o Brasil é diferente do resto da América Latina.

Como diplomata durante a Segunda Guerra Mundial, Rosa trabalhou em Hamburgo, emitindo passaportes brasileiros que salvaram a vida de muitos judeus alemães. Mais tarde, ele serviu na Colômbia quando brotou, em 1948, “La Violencia”, provocada pelo assassinato do ídolo liberal Jorge Eliezer Gaitán, iniciando uma guerra tribal não declarada entre liberais e conservadores que custou 300.000 vidas nas décadas seguintes. Começou com o motim lembrado como o *Bogotazo*.

“Eu não esquecerei de Bogotá quando milhares de pessoas explodiram no delírio de uma histeria louca, com assaltos, incêndios, assassinatos, três dias sem polícia, com o governo recuado no palácio presidencial,” Rosa lembrou. “Atiravam ao nosso redor. Nós desligamos as luzes.”

O *Bogotazo* explodiu enquanto diplomatas das Américas estavam reunidos em Bogotá na 20ª Conferência Pan-Americana. Multidões revoltadas percorriam as ruas armadas com dinamites e facões, tocando fogo em veículos de polícia, ônibus e quase todos os bondes da cidade. “Eu entrei num mundo de ódio”, recordava Rosa mais tarde.

O *Bogotazo* foi um evento singular na história da América Latina. Nunca antes ou depois havia ocorrido a destruição cívica nessa escala. Mas a Colômbia aprendeu com o espanto. A Colômbia recuperou lentamente, com estabilidade política e baixa inflação, sob um pacto de liberais e conservadores, revezando a presidência até as eleições livres décadas depois. Milhares de pessoas do interior migraram às cidades, a economia diversificou, os padrões de vida melhoraram e velhas lealdades tribais na política perderam espaço. Guerrilheiros de esquerda e bandidos de direita ainda andam pelo interior, mas numa escala reduzida, negociando cocaína, mesmo com um novo pacto de paz com o governo.

A América Latina é uma das regiões privilegiadas do mundo, com abundantes recursos naturais em proporção à sua população. É rica em recursos energéticos, hídricos e terras férteis, com poucos conflitos étnicos, religiosos e linguísticos. Está localizada longe das principais áreas de tensão internacional. Desde a década de 1980, a democracia na América Latina floresceu em um ambiente internacional benigno, mas essas vantagens são prejudicadas pela fragilidade das instituições.

Faço reportagens sobre a América Latina há seis décadas. Eu vi, com algumas exceções localizadas, grandes melhorias na nutrição, expectativa de vida, mobilidade das populações, educação, vida urbana e controle de epidemias. O sistema eleitoral da América Latina mostrou resiliência, mesmo considerando o enfraquecimento dos partidos políticos, um fenômeno global e a incompetência das lideranças políticas. A inflação crônica diminuiu nas últimas décadas, mas, pela falta de desenvolvimento de capital humano, a América Latina nunca alcançou a renda per capita de regiões avançadas. Essa frustração esconde outra: o contraste mais recente em esforços e realizações na América do Sul entre as repúblicas da Costa Atlântica e os países andinos voltados à costa do Oceano Pacífico.

Todas essas repúblicas sofreram com as ditaduras militares e inflação crônica, mas os brasileiros parecem dispostos a esquecer dessas tragédias. No Chile, a inflação alcançou 500% em 1973. Brasil, Argentina, Bolívia e Peru sofreram episódios de hiperinflação, com os preços subindo ao menos 50% mensalmente nos anos 70 e 80. Nessas décadas, a Venezuela era a democracia mais estável da América Latina, farta em petróleo e outros recursos naturais, um refúgio para exilados políticos de outras repúblicas enquanto as ditaduras militares mandavam nos outros países. Hoje, os venezuelanos se refugiam no Brasil para fugir da fome, violência e a pior inflação do mundo.

A essência da tragédia humana é a autodestruição. Nós não precisamos voltar as antigas tragédias gregas, nem aos trabalhos mais sombrios de Shakespeare, para aprender essa lição, mas apenas ponderar o sofrimento e privações da Venezuela e Argentina nas últimas décadas. Venezuela e Argentina acreditavam que estavam bem, mas nunca aprenderam as lições

da estabilidade.

A Argentina estava entre os países mais ricos do mundo, uma democracia estável enquanto a Europa vivia sob regimes totalitários. Seu sistema de educação pública era tão bem desenvolvido que a Argentina virou líder mundial em abolir o analfabetismo. Desde então, os traumas vieram numa sucessão crônica, alternando populismo com austeridade, nenhum dos dois com êxito. O desgaste crônico começou em 1946 com a eleição do Coronel Juan Domingo Perón, que se manteve a figura central na política argentina mesmo após sua morte em 1974. Seu programa social e a nacionalização de indústrias se tornava um modelo para outras repúblicas latinas até se tornar insustentável com as escaladas da inflação crônica. Na Argentina, a inflação anual média aumentou de 23% no ano de 1960 até 107% durante os anos 70, e depois para 319% em 1980. O presidente Raúl Alfonsín abandonou o cargo em 1989 quando a inflação mensal atingiu 197%. No meio do pânico gerado pela hiperinflação, um novo presidente peronista, Carlos Menem, que foi governador da remota província andina de La Rioja, pronunciou em seu discurso de posse:

A Argentina fracassou. Todo nós, num nível menor ou maior, somos responsáveis pelo fracasso da Argentina. Nossa herança é como um carvão que queimava em nossas mãos, uma realidade que escalfa, mortifica, espanta e exige soluções. A inflação chega a alturas chocantes. A cultura da especulação devora nosso trabalho. Investimento é negativo. Dor, violência, analfabetismo e marginalidade batem nas portas de nove milhões de argentinos. Ou nós argentinos daremos saúde a Argentina, ou ela vai morrer.

Contudo, a Argentina ainda vive, continuando no vai e vem entre episódios de estabilidade e novas crises. Recentemente, o último presidente anti-peronista falhou nas eleições, levando a outro pânico financeiro e a inflação anualizada atingindo 50%, abrindo caminho para a eleição de um novo governo peronista. Em 2018, a Argentina recebeu seu vigésimo segundo resgate em seis décadas do Fundo Monetário Internacional (US \$ 57 bilhões), o maior da história do FMI, para depois buscar renegociação meses depois. A Argentina deu calote com empréstimos estrangeiros oito vezes desde que conquistou a independência em 1822. A história continua.

Parar ou evitar uma hiperinflação envolve uma escolha em favor da sobrevivência de uma comunidade. O medo e o desespero inspirados pela ameaça de colapso institucional dramatizaram os anúncios de programas de emergência de governos democráticos na América do Sul nas décadas de 1980 e 1990 para parar a hiperinflação. Em 1985, a inflação na Bolívia atingiu uma taxa anual de 23.464%, provocando pânico generalizado. O presidente Victor Paz Estenssoro, que três décadas antes liderou reformas que acabavam com a servidão feudal, concedeu direitos de voto universal e nacionalizou as minas de estanho, anunciou no rádio um programa para parar a hiperinflação:

Nosso país está morrendo. Não podemos recusar tratamento de emergência para evitar esse resultado. Não existe uma fórmula para resolver a terrível crise que sacode a Bolívia, sem unir força moral e esforço constante, permitindo um aumento da riqueza exportável; administrar com cuidado nossos escassos recursos econômico-financeiros; concordar com uma pausa na luta social e nos convencer de que não haverá o renascimento da República se não entendermos a escala dessa catástrofe e os poucos remédios eficazes que temos para reverter essa situação.

As repúblicas do Atlântico e do Pacífico da América do Sul escolheram diferentes caminhos para se recuperar da inflação crônica. As repúblicas atlânticas (Venezuela, Brasil e Argentina) promoveram o consumo financiado por dívida em vez do investimento e a estabilidade, abandonando repetidamente a disciplina fiscal, enquanto as repúblicas do Pacífico ao

Venezuela e Argentina: donos da prosperidade



longo dos Andes (Chile, Bolívia, Peru e Colômbia) escolheram estabilidade, finanças públicas equilibradas e uma integração mais profunda com a economia mundial. As repúblicas do Atlântico estagnaram economicamente, enquanto as repúblicas do Pacífico ganharam força através do comércio e do investimento.

A desintegração espontânea das nações em tempos de paz são eventos raros, difíceis de explicar. Bolívia, Chile, Colômbia e Peru experimentaram períodos de trauma e profunda reflexão antes de poderem se reorganizar em sociedades mais viáveis. Fracassou a tolerância ao erro. O único caminho era reduzir privilégios e alinhar incentivos com esforço. São processos imperfeitos que, no entanto, levaram a novos caminhos na condução da economia política.

A virada do Peru

No Peru, a virada para a busca de crescimento e estabilidade surgiu da crise institucional do início dos anos 90. A taxa anual de hiperinflação atingiu 7.650% quando o novo governo de Alberto Fujimori assumiu o poder em 1990. O então novo primeiro-ministro Juan Carlos Hurtado Miller apareceu na televisão para anunciar o chamado Fujishock: “Parar uma hiperinflação como a nossa, se exige três condições básicas: Primeiro, elimine o déficit fiscal. Segundo, permita que os preços relativos sustentem o crescimento sem subsídios ou controles. Terceiro, mudanças nas expectativas dos peruanos... que Deus nos ajude!”

A hiperinflação no Peru veio junto a insurreição de guerrilha de esquerda e a quebra do sistema deteriorado de água potável de Lima, levando a uma epidemia de cólera que infectou o abastecimento de água em toda a América Latina. No entanto, esses eventos foram um ponto de virada para o desenvolvimento político, trazendo progresso, e muitas contradições.

A modernização do Peru acelerou em crises recorrentes durante o meio século que durou a carreira de Alan García, duas vezes eleito presidente (1965-70 e 2006-11), um político bonito e carismático, que se matou em abril de 2019, quando a polícia ia até a sua casa para prendê-lo em um clímax de escândalos de corrupção. Também nessas décadas está a carreira de Alberto Fujimori, outro ex-presidente que passa a velhice doente na prisão de Lurigancho, em Lima, condenado por múltiplos crimes após ter projetado a recuperação econômica e social do Peru.

Durante essas décadas, o Peru se tornou a economia que mais cresce na América Latina, com inflação baixa, apesar dos recorrentes escândalos de corrupção, muito deles vinculados a empreiteira brasileira Odebrecht. Hoje, no Peru, está ocorrendo uma grande reestruturação do sistema político, por meios constitucionais, mantidos por um apoio popular, para controlar a corrupção e garantir mandatos eleitorais mais autênticos. Lu-

tas como essa estão ocorrendo em muitos outros países.

Chego a essas conclusões durante semanas de turbulência, onde uma onda diversificada e pouco compreendida de protestos em massa irrompeu em todo o mundo. Focando em temas não relacionados, houveram manifestações na Argélia, Bolívia, Catalunha, Chile, Equador, França, Guiné, Haiti, Honduras, Hong Kong, Iraque, Cazaquistão, Líbano e Paquistão. Essa onda de protestos nas cidades interioranas e capitais foi mais diversificada e dispersa do que nas ondas anteriores nos anos 1960 e no final dos anos 1980, principalmente por jovens que se sentiram excluídos das perspectivas para o futuro e do poder público.

Na América do Sul, os acontecimentos foram variados. As populações eram em grande parte passivas nas repúblicas atlânticas, economicamente estagnadas e deprimidas. Os países andinos viram uma gama mais ampla de respostas, com mais participação popular. Após o fim do regime militar de Augusto Pinochet (1973-90), cresceu a votação de gente pobre, com menos educação e, com ela, as pressões sociais. Manifestações maciças nas ruas chilenas levaram um presidente conservador, numa democracia estável, a fazer importantes concessões em política econômica e social para grupos de menor renda numa sociedade polarizada entre classes privilegiadas e o resto. Os colombianos permanecem relativamente quietos enquanto seu governo luta para enfrentar o caos na vizinha Venezuela e seu fluxo de refugiados desesperados.

A Bolívia sofreu 193 golpes militares entre sua Independência em 1825 e o final de sua ditadura militar mais recente em 1982. Após hiperinflações nos anos 50 e 80, com um pico anual de 8.173%, a Bolívia reduziu a inflação anual à 4,75% nas últimas duas décadas, enquanto seu crescimento econômico teve média de 4,2%. Um presidente de origem indígena foi eleito em 2006 e ficou até 2019, quando renunciou frente a uma revolta popular após declarar sua vitória numa eleição para um quarto mandato, entre acusações de fraude.

Em nenhuma dessas experiências há temor de um retorno à ditadura militar e a inflação crônica das décadas de 1970 e 1980. Somente o Equador está trêmulo, depois que um presidente recém-eleito, pressionado por revoltas, bloqueou o aumento dos absurdamente baixos preços da gasolina, estando entre um dos mais baixos do mundo com U\$0,49 por litro, também sob pressão do FMI, repetindo um episódio semelhante na Venezuela em 1989 que foi precursor do colapso da democracia. O preço da gasolina na Venezuela é zero.

Diferentes escolhas levaram à desordem nas repúblicas atlânticas da América do Sul, enquanto as repúblicas do Pacífico, com grande dificuldade, alcançaram estabilidade e crescimento econômico que estão tentando sustentar. Os brasileiros podem aprender muito com essa história.

5. E agora?

No século que se seguiu após 1870, o tamanho da economia do Brasil se multiplicou em 42 vezes, ultrapassando o Japão por pouco na liderança mundial em crescimento econômico a longo prazo. Antes da atual crise institucional que levou à estagnação prolongada, Angus Maddison, o grande historiador econômico, que era membro do nosso Instituto, deu uma visão esperançosa:

A combinação de transições políticas suaves, liberdade de conflitos estrangeiros e relativa facilidade das relações sociais entre grupos étnicos permitiu que o Brasil assimilasse uma mistura cosmopolita dos colonos portugueses originais, descendentes de escravos africanos, mais tarde imigrantes da Itália, Japão, Alemanha e Líbano. É um país de fronteira com um alto grau de autoconfiança, sem um sentimento de exploração por parte de vizinhos poderosos.

Assim era antes. Hoje o Brasil luta para sustentar sua estabilidade e promessa. Desde 1980, o crescimento médio anual do Brasil caiu para 2,5%, com altos e baixos. Segundo o FMI, o potencial de crescimento do Brasil agora é menor do que outros grandes países em desenvolvimento, menor que Índia, Vietnã, Filipinas, China, Indonésia, Malásia, Colômbia, Tailândia, Argentina, Turquia, Chile e México, superando apenas a África do Sul e a Rússia. O FMI informou: “Esse recorde sombrio é devido à produtividade estagnada, taxas de investimento baixas e, recentemente, baixo crescimento da força de trabalho.”

A infraestrutura do Brasil está decaendo devido ao baixo e caótico investimento público nas últimas duas décadas, com média inferior a 2% do PIB, sem contar o custo da corrupção endêmica na entrega de contratos com preços inflados e com projetos abandonados sem terminar, em canteiros de obras espalhados por um vasto território. O investimento público caiu para menos de um por cento do PIB nos últimos anos, em comparação com quase 6% em outros grandes países com mercados emergentes.

Na última década, a renda per capita do Brasil correu, enquanto a economia mundial crescia 40% desde 2010. Goldman Sachs, um banco de investimento, observou que o Brasil enfrenta “questões complexas de legado”, como “uma posição fiscal insustentável, baixo crescimento do PIB atual e potencial, alta taxa de desemprego e uma economia muito fechada e improdutiva.”

Improdutiva? A desordem e a corrupção que ameaçam o futuro do Brasil tendem a esconder as grandes conquistas. Uma delas é a agricultura pioneira, desenvolvendo 200 milhões de hectares de cerrados na fronteira agrícola mais dinâmica do mundo. Desde a década de 1970, agricultores e cientistas do Brasil, Estados Unidos, Japão e Europa cooperaram e competiram para desenvolver o rápido crescimento do Brasil, em poucas décadas, como maior exportador mundial de alimentos, crescendo mais rapidamente do que as fronteiras agrícolas mais antigas, como Estados Unidos, Rússia, Canadá e Argentina. Norman Borlaug, vencedor do Prêmio Nobel por seu papel na Revolução Verde, chamou o desenvolvimento dos cerrados de “uma das grandes conquistas da ciência agrícola do século XX”, com uma das mais importantes migrações de colheitais da história, comparável à transferência de batatas dos Andes para a Europa no século XVII e à adaptação do trigo europeu nas Américas nos séculos seguintes.

A conquista dos cerrados incorporou ganhos anuais de produtividade agrícola de 3% desde 1970. O Brasil agora está entre os maiores produtores mundiais de 36 commodities, aumentando cinco vezes as exportações desde 2000. Até 1999, havia apenas 6000 estudantes de agronomia no Brasil, aumentando para 48.000 desde então, ajudando a criar a terceira maior indústria de sementes do mundo. Somente no Mato Grosso, o

volume de colheitas se multiplicou 20 vezes desde 1985, enquanto o rebanho bovino cresceu de três a 28 milhões de cabeças. Órgãos governamentais e empresas privadas gradualmente desempenham papéis importantes no des comercialização de colheitais. A logística saltou com a construção de um novo terminal no rio Tapajós, afluente do rio Amazonas, abrindo um novo caminho para a exportação de grãos para três continentes.

Enquanto o escândalo de corrupção da Lava Jato focava em executivos da Petrobrás e políticos espertos, os técnicos da Petrobrás ficaram firmes em seus esforços pioneiros para desenvolver jazidas gigantes de óleo e gás sob camadas de sal de até 7.000 metros de espessura embaixo das águas do Atlântico Sul. Nesse século, triplicou sua produção até atingir 3,2 milhões de barris por dia em 2019. Desenvolvendo novas tecnologias para procurar e produzir petróleo e gás em 2.000 metros de águas profundas, essas façanhas chocam com a vida pública em geral, padecendo da falta de coerência, justiça e produtividade.

Fora do setor público, os brasileiros alcançaram excelência em muitas áreas, como música, esportes, finanças, medicina, matemática, agronegócio, publicidade, inovações comerciais e gestão de empresas. Em poucos anos, São Paulo desenvolveu uma orquestra sinfônica de alto nível, sediada numa estação reformada de trem que se tornou obra prima acústica e arquitetônica. Houve grandes avanços na capacidade logística em tornar o Brasil o maior exportador de minério de ferro. No entanto, salvo exceções notáveis, a esfera política ficou um poço de desperdício e degradação.

Quatro décadas atrás, um grupo de pesquisadores do Banco Mundial descreveu a economia do Brasil como sendo nem capitalista, nem socialista, mas uma economia de transferências. A vasta rede de pagamentos em transferência conseguiu neutralizar a oposição política e desmotivar novos pensamentos, especialmente pelos empresários privilegiados que gozam de um vasto cardápio de favores oficiais.

Nas últimas décadas, a classe política nunca sentiu urgência em desenvolver e executar uma estratégia coerente de longo prazo para superar a estagnação econômica. O Brasil decepciona em lidar com seus problemas básicos por dois motivos. Primeiro, a tolerância desregrada ao erro com base na crença generalizada no potencial do Brasil. Segundo, o medo de ruptura causada por privilégios. Está em jogo o futuro do Brasil como uma sociedade complexa que enfrenta a ameaça de desintegração por falta de investimento em capital físico e humano.

O pivô dos incentivos perversos, repousado na incumbência protegida, reside na indústria da construção, protagonista da corrupção em acordos com políticos. Esse pivô se formou numa maneira que negligencia necessidades mais amplas e distorce grotescamente a conduta do governo. Os escândalos da Lava Jato, principalmente, mas não exclusivamente, nos contratos da Petrobras, formam o foco de um problema mais caro e crítico: a perversão do investimento público.

As indústrias de construção e bens de capital do Brasil sofrem de problemas crônicos, além dos conluios com a classe política: altas taxas de juros derivadas das décadas de inflação crônica; evasão de investimentos a longo prazo devido à instabilidade nas políticas públicas; desenvolvimento insuficiente de habilidades técnicas e administrativas e falhas na contratação e supervisão de projetos. A resposta das indústrias às ineficiências e escândalos, induzindo à perda de muitos empregos e à exclusão de contratos públicos de empresas culpadas de corrupção, foi uma campanha de relações públicas, com a criação de um Instituto Brasileiro de Auto Regulação e Integridade. A maior construtora, Odebrecht, tenta evitar falência em renegociar R\$ 98 bilhões em dívidas, a maioria com bancos públicos que, entre outros investimentos, admitiu que financiou projetos



manchados com corrupção em 21 países da América Latina, África e o Oriente Médio.

A política brasileira tem um problema interno e outro externo. A classe política tornou-se uma classe rentista, gastando cada vez mais para os próprios privilégios, enquanto cria regras eleitorais que permitem aos titulares fortalecer suas posições. Esses incentivos de status e segurança, com altas rendas garantidas que se estendem a esquemas de pensão, fazem com que muitos jovens ambiciosos e talentosos dediquem anos à preparação para exames à procura de empregos no serviço público, privando a economia produtiva da energia e das habilidades humanas que precisa.

A ética da posse protegida de direitos adquiridos se espalha por toda a economia, especialmente no saturado sistema de pensões, com divisões chocantes entre trabalhadores dos setores formal e informal. Uma nova reforma iria remediar essas distorções e reduzir seu peso fiscal. Os privilégios dos favorecidos no sistema ameaçam um colapso das finanças públicas, com salários, pensões e pagamentos de juros absorvendo quase toda a capacidade de tributação e empréstimos, deixando quase nada para investimentos em estradas deterioradas, em clínicas e hospitais sem médicos, prisões superlotadas que se tornaram armadilhas mortais, motins e matanças, e na melhoria da educação pública. Enquanto isso, o excedente disponível para investimentos em infraestrutura pública quase desapareceu sob o peso das despesas de consumo e pagamento de dívidas do governo. O investimento público, como fatia do PIB, caiu de 9% na década de 1970 para menos de um por cento em 2018.

O Brasil é um arquipélago continental de cidades e municípios conectados pelos investimentos do passado na infraestrutura moderna, muitos deteriorados após décadas de uso. Em vez de novos projetos gigantes, majoritariamente desenhados pelas mesmas empreiteiras, a necessidade básica é de reverter a deterioração das estradas existentes, água potável e infraestrutura elétrica. O descaso em manter a infraestrutura simboliza desorganização política e perda da capacidade econômica.

O enredo do medo que paralisa o Brasil é o medo da adaptação e mudança. O Brasil tenta se isolar do que o grande economista Joseph Schumpeter chamou de “o vendaval perpétuo da destruição criativa”, que conduz a mudança e renovação na economia mundial. Os políticos e empresários tentam se isolar do que Schumpeter chamou de “a competição com a nova mercadoria, a nova fonte de suprimento, o novo tipo de organização – uma competição que impõe uma vantagem decisiva em custo ou qualidade que não só atinge as margens dos lucros e produtos, mas de suas fundações e de sua própria sobrevivência”. Esse isolamento da competição destruiu a indústria brasileira, agora recuada e isolada das novas redes mundiais de produção e comércio.

O Brasil luta com problemas institucionais que surgem de raízes profundas. As mudanças institucionais raramente são rápidas ou fáceis, mas acabam se tornando inevitáveis devido aos custos e bloqueios impostos às nossas sociedades. A estrutura das instituições públicas precisa ser alterada para melhorar a qualidade e a direção da atividade política, focada no fortalecimento da democracia.

O parasitismo fiscal, ampliando os benefícios para todos, ricos e pobres, não é mais sustentável. As escolhas são inevitáveis, envolvendo questões de legitimidade política. Os caminhos alternativos são o renascimento da inflação crônica ou a agravamento de desordens e conflitos. Para evitar esses

padrões do passado, novas estruturas políticas devem ser criadas, fortalecendo as instituições democráticas. O medo do futuro não está incorporado no caráter dos brasileiros, mas o medo da mudança está.

Os ciclos políticos podem ser breves, mas raramente duram só dois dias. Fotos comemorativas apareceram na imprensa na quarta-feira, 6 de novembro, com o Presidente Bolsonaro e o Ministro da Economia Paulo Guedes se cumprimentando na frente dos líderes do Congresso e seus entornos sorridentes, enquanto anunciavam a maior reforma econômica desde o fim da regime militar, seis décadas atrás. A economia está sendo sufocada pelo parasitismo fiscal, pela falência dos governos estaduais e por um sistema perverso de aposentadorias, com quase nenhum investimento público. A mudança mais importante, já aprovada pelo Congresso, mexe com a Previdência, entre os mais generosos sistemas no mundo, ameaçando quebrar as finanças públicas. O pacote de reformas era complexo, inovador, e corajoso, com as medidas principais focadas nos problemas crônicos dos estados e municípios:

1. Mais dinheiro federal para estados e municípios, mas sem resgates pelo tesouro nacional em caso de calotes.
2. Todos os níveis do governo poderiam reduzir temporariamente os salários e pensões do setor público nas emergências.
3. Os 25% mais pequenos dos 5.570 municípios brasileiros, com menos de 5.000 habitantes e incapazes de cobrar impostos para cobrir 10%

de seus gastos, se fundiriam com cidades maiores e deixariam de depender do apoio federal para despesas básicas.

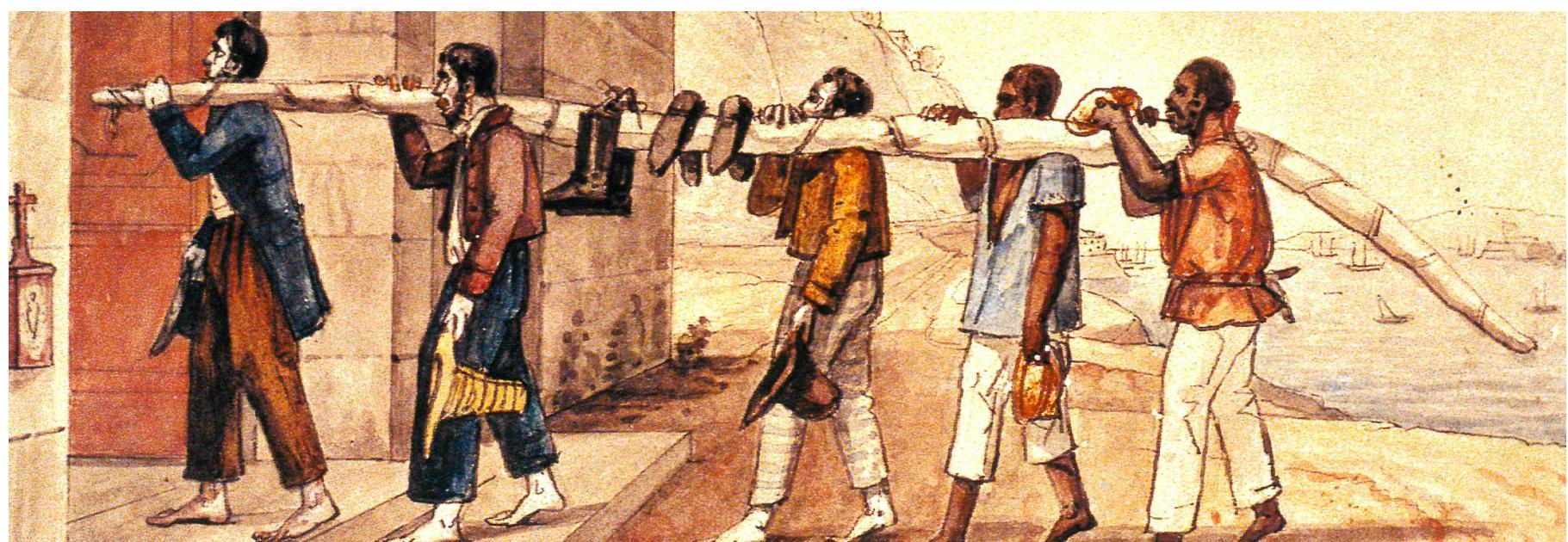
No mundo, a maioria dos pacotes políticos desse tipo é motivada pelo alarme e é recebida com ceticismo. Surgiram questões sobre essas propostas, promovidas pelo governo com o argumento de “ou é isso ou caos”, que acompanham os planos de estabilização. As ansiedades cresceram nos dois dias seguintes, com o fracasso do maior leilão da história mundial dos blocos de produção de petróleo no exterior, deixando de atrair licitantes estrangeiros esperados, deixando o governo com pouco dinheiro para seu programa econômico. O alívio alcançado pelo governo com seu pacote fiscal durou menos de 24 horas. Os aportes de

emergência continuaram para os governos estaduais vivendo pesadelos financeiros, com muitos hospitais locais fechando por falta de dinheiro para custear insumos básicos e salários. A fusão de pequenos municípios morreu numa revolta num Congresso preocupado com a proximidade de eleições locais.

Após semanas de atraso, o Supremo Tribunal Federal libertou Lula, juntamente com dezenas de outros condenados ou acusados de corrupção. O voto decisivo foi do presidente do STF, ex-advogado de campanha de Lula, numa decisão que coincidiu com o lançamento do plano de estabilização do novo governo. Lula logo anunciou que faria uma turnê pelo país, denunciando o que chamou de políticas antissociais de Bolsonaro. Após tempestuosamente abandonar seu partido de direita para criar um novo partido ainda sem nome ou registro, Bolsonaro tenta tirar de Lula sua antiga base de apoio no Nordeste. O Brasil está enfrentando novas incertezas políticas.

O STF se afunda num pântano político que outras cortes supremas no mundo conseguem evitar. Um dos problemas institucionais do STF é por lei e costume, consiste em julgar milhares de pleitos ao ano, enquanto as cortes supremas mais prestigiadas e consolidadas do mundo só decidem dezenas de casos. Do caos das decisões aleatórias e contraditórias do Supremo surgem um dos principais enredos do sistema político do Brasil. A decisão liberando Lula favoreceu milhares de outros que foram presos após a condenação na segunda instância. Logo depois, veio a deci-





são unilateral de Toffoli de livrar um filho de Bolsonaro, agora liderança no Congresso, de investigações sobre corrupção junto suas bases nas zonas marginais do Rio. Os conluios entre juízes e políticos, especialmente flagrantes em Brasília, nutrem a descrença e cinismo na cidadania.

Essas fraquezas institucionais reforçam um senso de arbitrariedade nos menos afortunados. Há uma crescente preocupação por estabilidade nas periferias das grandes cidades, entre família cuja sofisticação é crescente, consolidando suas vidas nas décadas recentes e comunidades que já foram mais precárias e que tenderam a superar a violência endêmica e pobreza. Desde 2008, a renda na população cresceu nos extremos, entre os mais prósperos e mais pobres, enquanto a fatia média, com 115 milhões de pessoas, encolheu em um quarto. “Um dos maiores desafios é estabilidade financeira”, relatou Mariel Deak, da FGV, em um estudo sobre as classes emergentes, na última edição dos Braudel Papers. “O problema não é apenas ganhar pouco, mas não saber quando e se irá receber o próximo salário. A renda da família varia não só em função dos rendimentos, que oscilam de acordo com a época do ano ou do cenário econômico, mas também em função da alta rotatividade de emprego dela e do marido”.

Ainda que muitos duvidem que seu estilo de classe média, recém-conquistado, possa não ser sustentável, essas famílias são conservadoras num senso construtivo. O lema dessas comunidades é “ordem”. Segundo um estudo pioneiro da Fundação Tide Seputal, acreditam que “falta ordem nas famílias, escolas, espaços públicos e políticos, relacionados à decadência moral geral, aumento do crime, violência, corrupção e impunidade na política nacional”. Os entrevistados, a maioria evangélicos, lutam para manter a ordem em suas vidas, apesar da “falta de estrutura nas famílias e disciplina nas escolas”. Eles são céticos sobre “programas de transferência de renda, como o Bolsa Família que não têm controle fiscal” como substituto de melhores políticas gerais em educação e outros serviços básicos. Eles almejam novos padrões na vida pública e privada e reconhecem sua responsabilidade por ambos.

Os brasileiros estão lutando para emergir do enredo do medo, que prende sua política e sociedade em uma paralisia de apatia e atraso que bloqueia novos pensamentos e novas soluções. O medo tem sido uma força construtiva na evolução biológica, inspirando prudência e novas estratégias ao lidar com os perigos. Mas o medo pode também bloquear o ato de lidar com os desafios, enquanto a confusão e o oportunismo cegam nossa vontade de sobreviver.

Num futuro próximo, por chocar com os limites das finanças públicas, a inércia vai nos mover a escolhas drásticas. Ou optar por um doloroso encolhimento do gasto público, ou vamos partir para uma retomada da inflação crônica das últimas décadas que acreditamos ter superado. Só lideranças novas, com coragem e clareza, poderiam conquistar a confiança dos brasileiros em novos rumos de austeridade e investimento público

para preservar a integridade da sociedade e da economia. E como Max Weber, pai da sociologia moderna, observou há um século, enquanto a Alemanha passava pelas consequências da Primeira Guerra Mundial:

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Um esforço desse tipo exige, a um tempo, paixão e senso de proporção. É perfeitamente exato dizer – e toda a experiência histórica confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível.

Novas lideranças surgem na geração emergente.

Os três monstros do atraso - ignorância, violência e corrupção, intimamente relacionados entre si - foram conquistados muitas vezes na experiência humana. Essas conquistas levam tempo e dependem de vontade, foco e prática coletiva. Não devemos esquecer as conquistas já alcançadas no bem-estar humano e a necessidade de avançar para proteger a integridade de nossa sociedade.

Para abordar a decadência e mediocridade na política, o Brasil precisa de novas estruturas políticas e novas ideias, focadas no fortalecimento da democracia. Hoje faltam novas ideias para a reconstrução política. Novos líderes estão surgindo entre as gerações mais jovens, mas sem estratégias e alianças coerentes. A partir de agora, eles formam pequenos grupos locais isolados, sem representação nacional. Eles precisam quebrar o domínio da geração mais velha, com seus benefícios egoístas, sem destruir a democracia. Eles precisam de uma liderança central talentosa, não de uma pessoa, mas de um grupo coerente de ativistas dedicados, capazes de alcançar estados e cidades no nosso território extenso. Eles precisam de uma causa comum que seja significativa para a maioria dos cidadãos, projetadas com formas inovadoras de comunicação. Tudo isso é possível, com tempo, foco e dinheiro, começando modestamente, mas ganhando força com a urgência de encontrar soluções para um impasse político profundo.

Os problemas são complexos, mas as verdades políticas são simples. O Brasil precisa de coerência. Uma nova geração deve procurar um caminho. Num anexo deste ensaio, publicamos um conjunto de propostas estruturais para o sistema político, elaboradas com a participação de jovens líderes em uma série de reuniões no Instituto Braudel nos últimos meses. Na ausência de um debate público significativo sobre maneiras de fortalecer os processos políticos, esperamos que essas ideias estimulem o pensamento construtivo de outros, sobre como alcançar estabilidade e justiça. As propostas também estão disponíveis no site braudel.org.br.



PROPOSTAS PARA O BRASIL

Essas ideias surgiram de uma série de diálogos recentes entre um grupo de jovens lideranças preocupadas com a estagnação do atual diálogo político com alguns membros do Instituto Fernand Braudel.

O Brasil passa por dificuldades institucionais que cresceram de raízes profundas. Mudanças institucionais raras vezes são rápidas e fáceis, mas as mudanças se tornam implacáveis pela carga de custos e bloqueios a ser suportada pela sociedade. Precisamos repensar a estrutura das instituições públicas para melhorar o teor e os rumos da atividade política. Aqui estão algumas ideias de mudança nas estruturas políticas, para renovação das instituições e das lideranças, que contribuiria à reflexão mais profunda.

1) Modelo eleitoral

O modelo eleitoral se tornou carregado de distorções e injustiças aos eleitores. Os Estados não devem permanecer como grandes distritos eleitorais, inflando os gastos de campanhas com pouca representação de cada eleitor e comunidade. Precisamos de representação política equilibrada para melhor representatividade e comunicação entre eleitores e eleitos.

1.1 A proposta de Voto Distrital Misto se inspira no modelo alemão com 30% dos candidatos provenientes de listas partidárias e 70% escolhidos a nível distrital. Isso daria oportunidade para o surgimento das novas lideranças com mudança na geografia da representação política. Criaria distritos eleitorais uniformes em tamanho da população, indo além dos limites e limitações do município e das oligarquias locais. Este modelo tem como vantagem a possibilidade de eleição de candidatos próximos de suas bases eleitorais, sem abrir mão da representação de ideias mais gerais.

1.2 – Fazer com que o número de Deputados Federais seja totalmente proporcional à população dos estados, porém com salvaguardas na distribuição de recursos federais de modo a garantir a redução das desigualdades regionais. Reestruturar a representação dos Estados no Congresso, corrigindo as distorções criadas pelo governo militar no Pacote de Abril de 1977. As compensações regionais em termos de recursos estão embutidas na legislação de vários países, compensando regiões mais pobres com tributos gerados por regiões mais ricas.

1.3 Organizar eleições estaduais e municipais dispersas no espaço e tempo, em datas e localidades diversas, como na Alemanha, Índia e no México. Daria oportunidade para os cidadãos avaliarem melhor os candidatos locais e as questões votadas. Eleições federais ficariam no modelo de hoje, em uma data única para todo o país.

2) Partidos políticos

2.1 Institucionalizar eleições primárias, com nova legislação, a serem disputadas por pré-candidatos em cada estado e município, exigindo constituição de unidades partidárias com lideranças presentes em cada distrito eleitoral que morem nesse distrito há pelo menos 2 anos. No caso dos municípios, as eleições primárias ocorreriam apenas naqueles com mais de 200 mil habitantes.

2.2 Reduzir mais rapidamente o número de partidos políticos para garantir mais justiça na representação. Possibilitar a criação de partidos nos

níveis municipal e estadual, mas com cláusula de barreira rígida, impedindo partidos muito pequenos a terem acesso exagerado a recursos públicos.

2.3 Reforçar a cláusula de desempenho, exigindo maior votação mínima, para reduzir o parasitismo partidário e fortalecer a coerência do sistema político. Hoje há 35 partidos, gozando de subsídios fiscais, e outros 73 pedindo registro no Tribunal Superior Eleitoral. No Congresso atual, há 30 partidos representados na Câmara e 21 no Senado.

2.4 Tornar os partidos mais democráticos em sua constituição e financiamento com escrutínio de auditores públicos e auditores internos atuando concomitantemente. Estabelecer regras claras para distribuição de recursos e mecanismos eficientes de controle das verbas das campanhas eleitorais, com auditoria em tempo real. Fomentar uma cultura pública de controle interno e de boas práticas de governança e integridade.

3) Estrutura dos municípios

3.1 Pequenos municípios devem se fundir às comunidades próximas para poderem sustentar uma administração efetiva com custos razoáveis. No Japão a união de municípios é recorrente, para otimizar a gestão de recursos públicos. França, Itália, Chile e Peru também reorganizaram suas “províncias”. Ainda que movidos por questões fiscais, as fusões podem refletir no sistema político, criando polos eleitorais com maior escala e debate mais amplo. Para ter acesso a transferências financeiras federais, os municípios devem cobrar impostos locais mais efetivamente.

4) Outras propostas

4.1 Proibir empresas condenadas pela corrupção de participar de contratos com entidades públicas. Essas proibições estão na legislação vigente, mas não são aplicadas. Algumas delas desaparecerão, abrindo espaço para novas empresas com novas lideranças, operando em condições diferentes.

4.2 Reduzir privilégios dos donos do poder no Congresso e do funcionalismo público. Benefícios exagerados aos promotores, juízes e outros servidores públicos, com estabilidade de emprego e altos rendimentos, tanto na ativa e como nas aposentadorias, desincentivam os mais qualificados profissionais de participar diretamente na vida política eleitoral.

4.3 Em outros países democráticos, as cortes supremas aceitam julgar apenas um pequeno número de causas, relacionadas ao direito constitucional, os direitos humanos e à estrutura política do país. Assim são poucas da cultura da feira livre em que o nosso Supremo Tribunal Federal aceita milhares de pleitos anualmente, muito além de sua capacidade de julgá-los adequadamente.

4.4 Os conluios entre empreiteiros e agências públicas têm minado a credibilidade dos processos políticos. Institucionalizar e profissionalizar o planejamento e supervisão dos projetos de infraestrutura pública com entidades independentes para revisão técnica. O Brasil precisa de uma agência superior que vigie o desempenho das grandes obras públicas, independente da classe política e dos empreiteiros, para sanear os investimentos públicos mais importantes. Esse novo órgão de vigilância deve ser constituído por engenheiros, economistas, advogados, contadores e auditores de renome, nos quais o público poderia investir sua confiança.